

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
----------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	122.821
Preferenciais	0
Total	122.821
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	14/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	27/04/2012	Ordinária		0,15100
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	27/04/2012	Ordinária		0,15440
Reunião do Conselho de Administração	23/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	27/04/2012	Ordinária		0,15810
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	27/04/2012	Ordinária		0,16020
Assembléia Geral Ordinária	20/04/2012	Dividendo	27/04/2012	Ordinária		1,43489
Reunião do Conselho de Administração	14/03/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,16530

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.327.110	2.470.337
1.01	Ativo Circulante	1.184.246	1.368.768
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	295.758	431.412
1.01.03	Contas a Receber	401.952	522.587
1.01.03.01	Clientes	383.182	507.036
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.770	15.551
1.01.04	Estoques	446.567	378.376
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.749	28.438
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.749	28.438
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.220	7.955
1.02	Ativo Não Circulante	1.142.864	1.101.569
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	240.812	248.162
1.02.01.03	Contas a Receber	3.050	4.564
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.050	4.564
1.02.01.06	Tributos Diferidos	62.460	70.174
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.460	70.174
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	175.302	173.424
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.080	6.147
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	19.222	17.277
1.02.01.09.05	FIDC Lojas Renner	150.000	150.000
1.02.02	Investimentos	194.707	183.641
1.02.02.01	Participações Societárias	194.707	183.641
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	194.644	183.578
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63
1.02.03	Imobilizado	612.446	579.064
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	586.923	563.391
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	25.523	15.673
1.02.04	Intangível	94.899	90.702
1.02.04.01	Intangíveis	94.899	90.702
1.02.04.01.02	Outros	94.899	90.702

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.327.110	2.470.337
2.01	Passivo Circulante	749.522	907.494
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.758	63.951
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.655	19.164
2.01.01.01.01	Encargos sociais	19.655	19.164
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	47.103	44.787
2.01.01.02.01	Salários a pagar	47.103	44.787
2.01.02	Fornecedores	282.992	386.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	282.992	386.182
2.01.03	Obrigações Fiscais	72.391	208.385
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.542	95.321
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.447	45.790
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	15.095	49.531
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	54.289	112.290
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	560	774
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	140.887	76.544
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	127.928	59.042
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.805	47.818
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	80.123	11.224
2.01.04.02	Debêntures	12.959	17.502
2.01.05	Outras Obrigações	166.353	153.586
2.01.05.02	Outros	166.353	153.586
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	88.091	66.847
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	17.959	17.959
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	29.779	33.405
2.01.05.02.05	Outras obrigações	30.524	31.753
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	0	3.622
2.01.06	Provisões	20.141	18.846
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.141	18.846
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.897	12.557
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	7.244	6.289
2.02	Passivo Não Circulante	407.406	407.845
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	319.401	322.333
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	21.242	24.276
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.242	24.276
2.02.01.02	Debêntures	298.159	298.057
2.02.02	Outras Obrigações	36.266	38.578
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.056	8.061
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	3.056	8.061
2.02.02.02	Outros	33.210	30.517
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	25.788	22.451
2.02.02.02.04	Outras obrigações	7.422	8.066
2.02.04	Provisões	51.739	46.934
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	51.739	46.934
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	51.739	46.934
2.03	Patrimônio Líquido	1.170.182	1.154.998

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	421.683	421.683
2.03.02	Reservas de Capital	195.717	191.642
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	77.552	73.477
2.03.04	Reservas de Lucros	539.533	539.533
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	158.276	158.276
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	379.445	379.445
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.429	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.180	2.140

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	666.694	592.110
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	587.157	517.707
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	79.537	74.403
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-276.811	-249.547
3.02.01	Custos das mercadorias vendidas	-272.599	-243.393
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-4.212	-6.154
3.03	Resultado Bruto	389.883	342.563
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-339.430	-284.761
3.04.01	Despesas com Vendas	-197.365	-167.679
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-59.469	-51.512
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-18.159	-18.781
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	989	870
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-63.534	-50.483
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-31.218	-24.415
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-4.075	-4.727
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-28.105	-21.483
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	-136	142
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.892	2.824
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.453	57.802
3.06	Resultado Financeiro	-3.245	5.791
3.06.01	Receitas Financeiras	8.517	9.736
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.762	-3.945
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.208	63.593
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.477	-16.006
3.08.01	Corrente	-1.537	-1.503
3.08.02	Diferido	-9.940	-14.503
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.731	47.587
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.731	47.587
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29090	0,38890
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,28470	0,38200

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	35.731	47.587
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.320	1.638
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	-4.320	1.638
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.411	49.225

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-50.559	-68.086
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	57.230	60.579
6.01.01.01	Lucro líquido do período	35.731	47.587
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	28.092	21.471
6.01.01.03	Amortização de ágio	12	12
6.01.01.04	Resulta venda ou baixa de ativos imobilizado	841	32
6.01.01.05	Juros provisionados, líquido dos pagos	-4.551	-9
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	4.075	4.727
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	1.892	-2.824
6.01.01.08	Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.100	-10.051
6.01.01.09	Tributos diferidos	7.714	14.503
6.01.01.10	Provisões para perdas em ativos	-22.676	-14.869
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-107.789	-128.665
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	133.665	235.460
6.01.02.02	Estoques	-55.327	-90.676
6.01.02.03	Perdas não realizadas com derivativos	-4.320	1.638
6.01.02.04	Outros ativos não circulantes	-7.226	12.612
6.01.02.05	Depósitos judiciais	67	40
6.01.02.06	Financiamentos - operações serviços financeiros	-4	-140.669
6.01.02.07	Financiamento das importações	68.899	0
6.01.02.08	Fornecedores	-103.190	-40.146
6.01.02.09	Salários e férias a pagar	2.316	2.112
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-132.166	-94.509
6.01.02.11	Outras obrigações	-1.872	-10.299
6.01.02.12	Aluguéis a pagar	-3.626	-3.674
6.01.02.13	Débitos com empresas ligadas	-5.005	-554
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-79.482	-23.921
6.02.01	Aquisições do imobilizado	-56.033	-18.292
6.02.02	Aquisições do intangível	-10.509	-5.675
6.02.03	Recebimento por vendas de ativos imobilizados	30	46
6.02.04	Aporte de capital em subsidiárias	-12.970	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.613	-5.436
6.03.01	Empréstimos tomados	102	0
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-3.035	-3.035
6.03.04	Juros s/capital próprio e dividendos pagos	-2.680	-2.401
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-135.654	-97.443
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	431.412	457.538
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	295.758	360.095

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.075	0	-20.302	0	-16.227
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.075	0	0	0	4.075
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.302	0	-20.302
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.731	-4.320	31.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.731	0	35.731
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.320	-4.320
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.320	-4.320
5.07	Saldos Finais	421.683	195.717	539.533	15.429	-2.180	1.170.182

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.727	0	-18.474	0	-13.747
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.727	0	0	0	4.727
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.474	0	-18.474
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.587	1.638	49.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.587	0	47.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.638	1.638
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.638	1.638
5.07	Saldos Finais	408.734	178.296	441.615	29.113	-972	1.056.786

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	842.074	742.626
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	859.380	760.479
7.01.02	Outras Receitas	853	928
7.01.02.01	Resultado de baixas de ativos imobilizado	-136	142
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	989	786
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-18.159	-18.781
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-470.777	-415.483
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-337.763	-299.993
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-132.292	-112.171
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-722	-3.319
7.03	Valor Adicionado Bruto	371.297	327.143
7.04	Retenções	-28.105	-21.483
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.105	-21.483
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	343.192	305.660
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.470	14.005
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.892	2.824
7.06.02	Receitas Financeiras	11.362	11.181
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	352.662	319.665
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	352.662	319.665
7.08.01	Pessoal	96.267	84.962
7.08.01.01	Remuneração Direta	70.554	61.284
7.08.01.02	Benefícios	13.567	11.964
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.418	5.574
7.08.01.04	Outros	5.728	6.140
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	4.075	4.727
7.08.01.04.02	Remuneração a administradores	1.653	1.413
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	164.732	147.875
7.08.02.01	Federais	71.536	64.409
7.08.02.02	Estaduais	88.549	79.186
7.08.02.03	Municipais	4.647	4.280
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.932	39.241
7.08.03.02	Aluguéis	41.600	34.017
7.08.03.03	Outras	14.332	5.224
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	14.332	5.224
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.731	47.587
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	20.302	18.474
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.429	29.113

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.859.507	2.983.504
1.01	Ativo Circulante	1.876.789	2.035.555
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	499.359	578.264
1.01.03	Contas a Receber	868.720	1.022.451
1.01.03.01	Clientes	849.027	1.006.315
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.693	16.136
1.01.04	Estoques	470.879	402.748
1.01.06	Tributos a Recuperar	33.972	30.445
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	33.972	30.445
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.859	1.647
1.02	Ativo Não Circulante	982.718	947.949
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.563	143.547
1.02.01.03	Contas a Receber	3.490	4.564
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.490	4.564
1.02.01.06	Tributos Diferidos	110.253	115.517
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.253	115.517
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.820	23.466
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.598	6.189
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	19.222	17.277
1.02.02	Investimentos	63	63
1.02.02.01	Participações Societárias	63	63
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63
1.02.03	Imobilizado	633.359	599.481
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	607.078	583.100
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	26.281	16.381
1.02.04	Intangível	209.733	204.858
1.02.04.01	Intangíveis	132.725	127.850
1.02.04.01.02	Outros	132.725	0
1.02.04.02	Goodwill	77.008	77.008

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.859.507	2.983.504
2.01	Passivo Circulante	923.858	1.065.575
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	70.384	67.001
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.883	20.235
2.01.01.01.01	Encargos sociais	20.883	20.235
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	49.501	46.766
2.01.01.02.01	Salários a pagar	49.501	46.766
2.01.02	Fornecedores	307.840	429.887
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	307.840	429.887
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.735	211.273
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.022	97.020
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.702	46.073
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	17.320	50.947
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	55.106	113.411
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	607	842
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	263.235	172.159
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	250.276	154.657
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	170.153	143.433
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	80.123	11.224
2.01.04.02	Debêntures	12.959	17.502
2.01.05	Outras Obrigações	186.240	166.131
2.01.05.02	Outros	186.240	166.131
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	88.091	66.847
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	17.959	17.959
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	21.723	24.961
2.01.05.02.05	Outras obrigações	58.467	52.742
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	0	3.622
2.01.06	Provisões	20.424	19.124
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.424	19.124
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.912	12.567
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	7.512	6.557
2.02	Passivo Não Circulante	765.467	762.931
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	663.890	666.003
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	365.731	367.946
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	365.731	367.946
2.02.01.02	Debêntures	298.159	298.057
2.02.02	Outras Obrigações	49.091	49.642
2.02.02.02	Outros	49.091	49.642
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	26.494	23.383
2.02.02.02.04	Outras obrigações	22.597	26.259
2.02.04	Provisões	52.486	47.286
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	52.486	47.286
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	52.486	47.286
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.170.182	1.154.998
2.03.01	Capital Social Realizado	421.683	421.683
2.03.02	Reservas de Capital	195.717	191.642

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	77.552	73.477
2.03.04	Reservas de Lucros	539.533	539.533
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	158.276	158.276
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	379.445	379.445
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.429	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.180	2.140

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	709.276	598.767
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	619.199	517.707
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	90.077	81.060
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-294.842	-249.547
3.02.01	Custo das vendas com mercadorias	-290.630	-243.393
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-4.212	-6.154
3.03	Resultado Bruto	414.434	349.220
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-365.206	-290.161
3.04.01	Despesas com Vendas	-208.242	-167.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.196	-51.523
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-20.227	-18.809
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.055	870
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-73.596	-53.699
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-39.236	-27.599
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-4.075	-4.727
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-30.147	-21.515
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos imobilizados	-138	142
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	49.228	59.059
3.06	Resultado Financeiro	-4.007	5.770
3.06.01	Receitas Financeiras	8.850	9.734
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.857	-3.964
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	45.221	64.829
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.490	-17.242
3.08.01	Corrente	-2.000	-2.739
3.08.02	Diferido	-7.490	-14.503
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.731	47.587
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	35.731	47.587
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.731	47.587
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29090	0,38890
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,28470	0,38200

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	35.731	47.587
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.320	1.638
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	-4.320	1.638
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	31.411	49.225
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	31.411	49.225

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-21.472	-149.327
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	55.006	63.485
6.01.01.01	Lucro líquido do período	35.731	47.587
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	30.135	21.503
6.01.01.03	Amortização de ágio	12	12
6.01.01.04	Resultado na venda ou baixa de ativos imobilizados	841	32
6.01.01.06	Juros provisionados, líquidos dos pagos	-4.464	-9
6.01.01.07	Plano de opção de compra de ações	4.075	4.727
6.01.01.09	Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.522	-10.047
6.01.01.10	Tributos diferidos	5.264	14.503
6.01.01.11	Provisões para perdas em ativos	-23.110	-14.823
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-76.478	-212.812
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	166.850	146.595
6.01.02.02	Estoques	-54.583	-90.676
6.01.02.03	Perdas não realizadas com derivativos	-4.320	1.638
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-10.189	11.993
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-409	35
6.01.02.06	Financiamentos - operações serviços financeiros	8.720	-136.830
6.01.02.07	Financiamentos das importações	68.899	0
6.01.02.08	Aplicação quotas subordinadas FIDC Lojas Renner	819	563
6.01.02.09	Fornecedores	-122.047	-39.924
6.01.02.10	Salários e férias a pagar	2.735	2.127
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-131.779	-94.961
6.01.02.12	Outras obrigações	2.064	-9.154
6.01.02.13	Aluguéis a pagar	-3.238	-4.218
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-69.741	-23.921
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-58.014	-18.292
6.02.02	Aquisições de intangíveis	-11.757	-5.675
6.02.05	Recebimento por venda de ativos imobilizados	30	46
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	12.308	-5.436
6.03.01	Empréstimos tomados	35.396	0
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-20.408	-3.035
6.03.04	Juros s/capital próprio e dividendos pagos	-2.680	-2.401
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-78.905	-178.684
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	578.264	683.661
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	499.359	504.977

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998	0	1.154.998
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998	0	1.154.998
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.075	0	-20.302	0	-16.227	0	-16.227
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.075	0	0	0	4.075	0	4.075
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.302	0	-20.302	0	-20.302
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.731	-4.320	31.411	0	31.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.731	0	35.731	0	35.731
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.320	-4.320	0	-4.320
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.320	-4.320	0	-4.320
5.07	Saldos Finais	421.683	195.717	539.533	15.429	-2.180	1.170.182	0	1.170.182

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.727	0	-18.474	0	-13.747	0	-13.747
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.727	0	0	0	4.727	0	4.727
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.474	0	-18.474	0	-18.474
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.587	1.638	49.225	0	49.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.587	0	47.587	0	47.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.638	1.638	0	1.638
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.638	1.638	0	1.638
5.07	Saldos Finais	408.734	178.296	441.615	29.113	-972	1.056.786	0	1.056.786

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	889.804	750.328
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	909.115	768.209
7.01.02	Outras Receitas	916	928
7.01.02.01	Resultado da baixa de ativos imobilizados	-138	142
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	1.054	786
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.227	-18.809
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-505.479	-418.575
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-360.141	-299.993
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-144.868	-115.263
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-470	-3.319
7.03	Valor Adicionado Bruto	384.325	331.753
7.04	Retenções	-30.147	-21.515
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30.147	-21.515
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	354.178	310.238
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.722	11.183
7.06.02	Receitas Financeiras	11.722	11.183
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	365.900	321.421
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	365.900	321.421
7.08.01	Pessoal	104.727	85.045
7.08.01.01	Remuneração Direta	82.487	61.361
7.08.01.02	Benefícios	14.171	11.964
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.341	5.580
7.08.01.04	Outros	5.728	6.140
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	4.075	4.727
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	1.653	1.413
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	166.697	150.231
7.08.02.01	Federais	72.413	66.392
7.08.02.02	Estaduais	88.688	79.186
7.08.02.03	Municipais	5.596	4.653
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.745	38.558
7.08.03.02	Aluguéis	43.470	33.311
7.08.03.03	Outras	15.275	5.247
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	15.275	5.247
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.731	47.587
7.08.04.02	Dividendos	20.302	18.474
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.429	29.113

Comentário do Desempenho

Os resultados apresentados a seguir, exceto onde indicado o contrário, consolidam os números da Camicado. No entanto, as informações do mesmo período de 2011 não incluem esta empresa. Já as informações indicadas como "Lojas Renner" consolidam apenas os resultados da Lojas Renner S.A. - controladora, Dromegon Participações Ltda. e Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre do ano foi marcado por uma relativa retomada do crescimento, após o período de desaceleração econômica vivido no segundo semestre do ano anterior. As coleções foram bem aceitas e as vendas da Companhia performaram positivamente, mesmo com as maiores atividades promocionais no mercado. Os meses de janeiro e fevereiro apresentaram vendas superiores ao previsto e em março, questões de temperatura fizeram com que houvesse uma redução do ritmo inicial do trimestre. Assim, a evolução das Vendas em Mesmas Lojas da Renner, no 1T12, chegou a 4,8%, mesmo considerando a reforma de quatro lojas bastante importantes na ponderação do cálculo de vendas comparáveis, o que gerou um impacto negativo de aproximadamente 1,5%. As lojas recém-inauguradas contribuíram para que as vendas totais da Companhia avançassem 19,6% no trimestre, confirmando a importância e assertividade do plano de expansão.

No 1T12, a operação de varejo apresentou boas performances de vendas e de Margem Bruta, que teve expansão de 0,1 ponto percentual, em base consolidada. Já a Margem LAJIDA (EBITDA) do Varejo apresentou retração de 2,1 pontos percentuais, como consequência, principalmente, de despesas das lojas recentemente inauguradas e das reformadas, dos custos de logística, bem como da consolidação da Camicado que não era ainda contabilizada nos resultados do 1T11.

O Resultado de Serviços Financeiros totalizou R\$ 40,9 milhões, apresentando crescimento de 6,3% sobre o resultado do 1T11. Destaque do período ficou por conta da menor inadimplência apresentada, com as perdas atingindo recordes mínimos históricos. A participação do Cartão Renner ficou em 51,2% no 1T12, quando foram emitidos 345 mil novos Cartões.

Ao longo do 1T12, foram abertas 3 lojas, 2 Renner e 1 Camicado, e a Companhia prepara ainda a inauguração de outras 8 unidades para o 2T12, conforme previsto no plano de expansão. Ao final de março, a Companhia atingiu a importante marca de 200 unidades, quando operava com 166 lojas Renner, 31 unidades da Camicado e 3 lojas-piloto da Blue Steel.

O processo de consolidação e integração da Camicado continuou sendo desenvolvido, com foco na implementação de projetos relacionados a atividade comercial, tais como a introdução do Conceito de Estilos de Vida, alterações no sortimento, melhores níveis de serviços, entre outros. A Administração está otimista e confiante no potencial deste negócio, tanto em termos de ganhos de margens operacionais quanto em oportunidades de expansão rápida.

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

A **Receita Líquida das Vendas de Mercadorias** foi de **R\$ 619,2 milhões** no **1T12**, apresentando um aumento de **19,6%** sobre as vendas da Renner no 1T11. O crescimento apresentado reflete a assertividade das coleções, bem como a inclusão das vendas da Camicado, não obstante as reformas de lojas em andamento e as altas temperaturas apresentadas em março. O crescimento das vendas nas lojas comparáveis da Renner, no 1T12, foi de 4,8% ante 11,2% no 1T11.

O **Lucro Bruto das Vendas de Mercadorias**, no **1T12**, foi de **R\$ 328,6 milhões**, com crescimento de **19,8%** sobre o mesmo período do ano anterior. A **Margem Bruta da Operação de Varejo** foi de **53,1%**, com crescimento de 0,1 ponto percentual sobre a margem de 53,0% apresentada pela Renner no 1T11. A integração da Camicado exerceu um efeito diluidor na Margem Bruta da Renner, que, isoladamente, foi de 53,6% no 1T12. Esta melhoria advém da assertividade das coleções, dos ajustados níveis de estoques operados, das baixas necessidades de remarcações, do menor custo do algodão em itens de fornecimento local, assim como pelo sortimento apresentado.

Quanto às **Despesas Operacionais**, o **1T12** apresentou **Despesas com Vendas** de **R\$ 208,2 milhões**, representando **33,6%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias versus 32,3% no mesmo período do ano anterior. As **Despesas Gerais e Administrativas**, por sua vez, foram de **R\$ 64,2 milhões**, representando **10,4%** da Receita Líquida, contra os 10,0% apresentados no 1T11. Estes aumentos devem-se, principalmente, as despesas das lojas recentemente inauguradas, do custo de logística decorrente da antecipação de importações e da consolidação da Camicado. As despesas fixas não diluídas nas lojas que operavam parcialmente durante o período de reformas também geraram estes impactos.

O **LAJIDA (EBITDA) do Varejo** atingiu **R\$ 42,7 milhões**, com **Margem LAJIDA (EBITDA)** de **6,9%** no **1T12** versus 9,0% no 1T11. Esta pressão na Margem deve-se aos maiores níveis de despesas citadas acima. A Margem LAJIDA

Comentário de Desempenho

O resultado de Serviços Financeiros Renner foi de 7,7% no período, apresentando assim uma menor redução contra os 9,0% do 1T11.

RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

ABERTURA DO RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS (R\$ MM)	1T12	1T11	Var %
Receitas, Líquidas do Funding e Impostos	85,9	74,9	14,6%
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos (Recuperação de Créditos em Atraso)	19,1	15,2	25,3%
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos (Encargos + Recuperação de Créditos em Atraso)	41,6	38,0	9,3%
Empréstimos Pessoais e Outros Serviços Financeiros	25,2	21,7	16,4%
Perdas em Créditos, Líquidas das Recuperações	(20,2)	(18,8)	7,5%
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos	(4,7)	(3,7)	28,0%
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	(8,7)	(9,4)	-7,5%
Empréstimos Pessoais e Outros Serviços Financeiros	(6,8)	(5,7)	19,2%
Despesas Operacionais (Cartão Renner e Serviços Financeiros)	(24,8)	(17,6)	40,3%
Resultado de Serviços Financeiros	40,9	38,5	6,3%
% Sobre o LAJIDA (EBITDA) total da Companhia	48,9%	45,2%	+ 3.7 p.p.

O **Resultado de Serviços Financeiros** atingiu **R\$ 40,9 milhões**, ante R\$ 38,5 milhões no 1T11, com crescimento de 6,3% e deve-se aos maiores resultados dos produtos ofertados e aos bons níveis de recuperação de créditos em atraso.

As **perdas no Cartão Renner, no 1T12, Líquidas das Recuperações**, foram de **2,2%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, percentual menor que os 2,5% apresentados no 1T11 (ou 2,1% se considerada a carteira de crédito apenas versus 2,3% no 1T11). A inadimplência atingiu o menor nível histórico já alcançado. Esta melhoria reflete o cenário macroeconômico mais favorável, combinado com uma série de iniciativas adotadas pela Companhia para o controle das perdas e ganhos de eficiência em concessão, cobrança e recuperação de crédito.

Em março, o total de **Cartões Renner** emitidos somava **19,4 milhões** com uma participação de **51,2%** nas vendas de mercadorias, versus 53,9% no 1T11. No **1T12**, as vendas em **0+5 parcelas** representaram **39,6%** das vendas totais e a condição de **0+8 parcelas com encargos** registraram **11,6%**.

O **ticket médio do Cartão Renner** no 1T12 foi de **R\$ 138,72** apresentando um crescimento de **8,2%** ante os R\$ 128,20 do 1T11. Já o **ticket médio da Companhia** por sua vez foi de **R\$ 99,21** no 1T12, **6,4%** superior ao mesmo período do ano anterior.

Para os produtos de crédito pessoal, a **carteira total de empréstimos** atingiu em março de 2012, **R\$ 105,3 milhões** (R\$ 77,4 milhões se ajustados a valor presente), com crescimento de **1,1%** sobre março de 2011. As **perdas de empréstimos pessoais e outros serviços financeiros, líquidas das recuperações**, foram de **R\$ 6,8 milhões** versus R\$ 5,7 milhões no mesmo período do ano anterior. O **ticket médio dos empréstimos** no 1T12 foi de **R\$ 613,00** e o **prazo médio** de **8 meses**.

As **Despesas Operacionais de Serviços Financeiros**, no 1T12, apresentaram crescimento de 40,3%, consequência de despesas atreladas ao cartão co-branded, do maior número de lojas no Realize Lojas Renner e das atividades de cobrança.

LAJIDA (EBITDA): VAREJO + SERVIÇOS FINANCEIROS

Diante dos fatos acima mencionados, o **LAJIDA (EBITDA) Total** foi de **R\$ 83,6 milhões** no 1T12, sendo constituído por **R\$ 42,7 milhões** advindos da **Operação de Varejo** e **R\$ 40,9 milhões** de **Serviços Financeiros**. Assim, a **Margem LAJIDA (EBITDA)** do 1T12 foi de **13,5%** ante 16,4% no mesmo período do ano anterior. A pressão da Margem apresentada refere-se basicamente, às maiores despesas com logística e com as lojas abertas recentemente. As lojas reformadas que operavam parcialmente ao longo do trimestre e que não diluíram suas despesas e a consolidação da Camicado, que foi adquirida em maio de 2011, também refletiram neste resultado.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO (R\$ MM)	1T12	1T11
Receitas Financeiras	7,1	9,3
Despesas Financeiras	(12,9)	(4,6)
Outros Resultados	1,8	1,1
Resultado Financeiro, Líquido	(4,0)	5,8

A Companhia apresentou no **1T12 Despesa Financeira Líquida** de **R\$ 4,0 milhões** ante uma receita de R\$ 5,8 milhões no 1T11. Este resultado foi formado por receitas financeiras advindas, principalmente, dos rendimentos de aplicações do Caixa e Equivalentes de Caixa, que totalizaram R\$ 7,1 milhões, assim como de despesas financeiras de R\$ 12,9 milhões referentes, principalmente, ao serviço da dívida. Esta reversão refere-se basicamente aos custos com o serviço de dívida, consequência da nova estrutura de capital adotada, com uma maior alavancagem financeira.

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (R\$ MM)	mar/12	dez/11	mar/11
Caixa e Equivalentes de Caixa	499,4	578,3	505,0
Empréstimos e Financiamentos Totais	(373,9)	(363,3)	(45,7)
Circulante	(54,5)	(41,0)	(12,3)
Não Circulante	(319,4)	(322,3)	(33,4)
Disponibilidades Líquidas	125,5	215,0	459,3
Dívida Líquida / LAJIDA (EBITDA)*	-0,2 x	-0,4 x	-0,9 x

*LAJIDA (EBITDA) últimos 12 meses.

Em 31 de março de 2012, o **Caixa e Equivalentes de Caixa** totalizavam **R\$ 499,4 milhões**, levemente abaixo dos R\$ 505,0 milhões de março de 2011. Os **Empréstimos e Financiamentos** da Companhia atingiram **R\$ 373,9 milhões**, dos quais R\$ 311,1 milhões são referentes à emissão de debêntures, R\$ 33,5 milhões de captação de recursos com o Banco do Nordeste e R\$ 29,3 milhões de empréstimos para capital de giro da Camicado. Dessa forma, a Companhia encerrou o trimestre com **Disponibilidades Líquidas** de **R\$ 125,5 milhões**.

As posições de financiamentos atreladas à operação de serviços financeiros, bem como ao financiamento de importações são tratadas como financiamentos operacionais e portanto, são desconsideradas para fins de cálculo de endividamento / disponibilidades líquidas.

LUCRO LÍQUIDO

Conforme itens acima descritos, o **Lucro Líquido** da Companhia no **1T12** foi de **R\$ 35,7 milhões**, com **Margem Líquida** de **5,8% no 1T12** ante 9,2% no 1T11. Esta redução deveu-se também às maiores despesas financeiras, decorrentes da emissão de debêntures ocorrida em julho de 2011 e ao maior nível de depreciação.

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS (CAPEX)

SUMÁRIO DOS INVESTIMENTOS (R\$ MM)	1T12	1T11
Novas Lojas	23,7	17,8
Remodelação de Instalações	22,0	2,9
Sistemas e Equipamentos de Tecnologia	3,9	1,1
Centros de Distribuição	13,7	2,1
Outros	6,5	0,1
Total	69,8	24,0

No **1T12**, os **Investimentos** em ativos fixos totalizaram **R\$ 69,8 milhões** ante R\$ 24,0 milhões no 1T11. Desse montante, R\$ 23,7 milhões foram aplicados na abertura e preparação de novas lojas. No **período** foram abertas 2 novas lojas Renner e 1 Camicado.

Em **março de 2012**, a Companhia atingiu a importante marca de 200 unidades. A Renner contava com **169 lojas**, incluindo os três pilotos de Blue Steel, e com isso totalizava metragem de vendas de **321,2 mil m²**. A Camicado por sua vez tinha **31 lojas**, com área de vendas de **16,0 mil m²**.

As despesas com **Depreciações e Amortizações** totalizaram **R\$ 30,1 milhões** no **1T12**, apresentando uma variação de 40,1% sobre o 1T11. Este crescimento está associado ao maior número de lojas, decorrentes do plano de expansão, assim como à inclusão dos ativos da Camicado, a partir de maio de 2011.

DIVIDENDOS

No **1T12**, a Lojas Renner creditou aos seus Acionistas dividendos na forma de **Juros Sobre Capital Próprio** no montante de **R\$ 20,3 milhões** ou **R\$ 0,1653 por ação**.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros artigos próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA": LREN3).

2 Apresentação das demonstrações financeiras interinas

As demonstrações financeiras interinas contidas no Formulário de Informações Interinas – ITR, foram de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstrações Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações financeiras interinas incluem:

- Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.
- Demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A preparação das demonstrações financeiras interinas, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras interinas consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 3.12 e 16), provisão para perdas em crédito (notas explicativas nº 3.7 e 6), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (notas explicativas nº 3.8, 6 e 15), determinação do valor justo da remuneração baseada em ações (notas explicativas nº 3.15 e 26), determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22.4), provisão para perdas em estoque (notas explicativas nº 3.9 e 8), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (notas explicativas nº 3.14 e 9), determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (notas explicativas nº 3.10 e 11), e avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada (notas explicativas nº 3.11 e 11 (b)).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de abril de 2012.

2.1 Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora – BRGAAP

As demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras interinas consolidadas.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações financeiras interinas individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras interinas individuais quanto nas demonstrações financeiras interinas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras interinas individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que o IFRS não prevê demonstrações financeiras interinas individuais, entretanto, nas demonstrações financeiras separadas, previstas pelo IFRS, a avaliação dos investimentos em controladas deve ser mensurada ao custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras interinas Consolidadas – BRGAAP e IFRS

As demonstrações financeiras interinas consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC, normas, orientações e interpretações expedidas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP). Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente para todos os períodos apresentados.

3.1 Apresentação segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas a

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos, descritos nas "vendas de serviços financeiros".

Vendas de serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de liquidez imediata e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinadas controladora), registrados ao valor de mercado. No consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora.

3.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (nota explicativa nº 3.17). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" (nota explicativa nº 3.6).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 3.6).

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 3.7.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedidos aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

Notas Explicativas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva (nota explicativa nº 3.8), menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*) (nota explicativa nº 3.7).

A Controladora realiza operações de securitização de contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FDC Lojas Renner"), conforme nota explicativa nº 7.

3.7 Provisão para perdas ao valor de recuperação do contas a receber de clientes

A provisão para perdas é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil, seguindo a mesma política adotada pelas instituições financeiras.

3.8 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 3,0% a.m. e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,0% a.m. Os impostos a recolher de longo prazo, sob os quais não há incidência de encargos financeiros, também foram ajustados a valor presente utilizando a taxa estimada do custo de capital da Companhia. Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.9 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadorias importadas.

3.10 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

Notas Explicativas

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração.

3.15 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Remuneração com base em ações

A Companhia opera com planos de remuneração com base em ações a administradores e executivos selecionados, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos mesmos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "vesting period". A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, margem bruta, resultado operacional, captação de cartões, entre outras.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.17 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são celebrados e nas datas de encerramento de levantamento dos balanços patrimoniais. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: (i) *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou (ii) *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa);

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A

Notas Explicativas

Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 22. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 20. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(a) Hedge de valor justo

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente do financiamento de importações (nota explicativa nº 14). Nessas operações são utilizadas compras de opções *call* de dólar, contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e contrato de *swap* com a troca da variação cambial pelo indexador em percentual do CDI.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, assim como as variações no valor justo do risco cambial dos financiamentos protegidos por *hedge*. As variações no valor justo do risco cambial dos financiamentos de importação protegidas por *hedge*, são reconhecidas na demonstração do resultado como custo.

(b) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos. Nessas operações são utilizadas compras de opções "call" de dólar futuro.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial" até a liquidação dos referidos instrumentos, realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação no caso de bens do ativo imobilizado.

3.18 Operações com arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

A Companhia possui alguns contratos de arrendamento de *software* classificados como financeiros. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos, sendo amortizados conforme vida útil do bem. As obrigações assumidas nesses arrendamentos são reconhecidas como passivo, acrescido de encargos financeiros considerando a taxa efetiva de juros.

3.19 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota nº 3.8).

3.20 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas – IFRS e BRGAAP

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico, onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

Em 31 de março de 2012 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

	% de participação direta e indireta no capital total
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	100,0%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	100,0%
Renner Empreendimentos Ltda. ("REMP")	100,0%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	100,0%

3.21 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora – BRGAAP

Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas e a Controladora, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminadas. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.22 Formato de apresentação das demonstrações de resultado

Nas demonstrações de resultado a Companhia apresenta o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, depreciações e amortizações, despesas com plano de opções em ações, resultado financeiro e resultado com baixa de ativos fixos. Esse formato de apresentação representa o conceito de LAJIDA (EBITDA) e tem como objetivo principal atender as necessidades dos acionistas e usuários dessas demonstrações financeiras. A apresentação do LAJIDA da Companhia nestas demonstrações financeiras está sendo efetuada em conjunto com a nota explicativa nº 31.

As despesas incluídas nas demonstrações de resultado destas demonstrações estão apresentadas de acordo com sua função. A apresentação dessas despesas de acordo com sua natureza está divulgada na nota explicativa nº 33.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para trimestre findo em 31 de março de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9.

- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10.

- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i)

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia entende que não haverá impactos considerando a atual estrutura de contratos e de participações societárias.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia entende que não haverá impactos considerando a atual estrutura de contratos e de participações societárias.

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/12	31/12/2011	31/03/12	31/12/2011
Moeda nacional:				
Caixa e bancos	38.322	35.415	39.549	36.766
CDB (a)	83.247	164.215	172.161	164.215
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	111.455	187.982	51.134	201.857
Aplicações financeiras LFTN – FIDC (c)	-	-	162.364	110.610
Aplicações financeiras LFT Over – FIDC (d)	-	-	70.141	49.546
Aplicações FIDC curto prazo (e)	58.773	28.542	-	-
Fundo de investimento – BACEN Jude (f)	20	111	20	111
CDB (g)	3.941	15.147	3.990	15.159
Total	295.758	431.412	499.359	578.264

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de março de 2012 a Companhia mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., HSBC Bank Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Itaú BBA S.A..

As aplicações de liquidez imediata da Companhia, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se a:

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,4% na controladora – BRGAAP e 100,1% no consolidado – IFRS e BRGAAP (101,5% em 31 de dezembro de 2011);

(b) Operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 98,6% na controladora – BRGAAP e 98,7% no consolidado – IFRS e BRGAAP (101,8% em 31 de dezembro de 2011);

(c) Aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresenta um rendimento equivalente à precificação e rentabilidade feita a partir da curva do papel, com base na Selic diária;

(d) As aplicações financeiras compromissadas de um dia (OVER) do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, apresentando um rendimento diário equivalente à variação da taxa DI, onde a atualização do valor nominal unitário da LFT contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa Selic;

(e) Saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis a qualquer momento, conforme regulamento do fundo descrito na nota explicativa nº 7;

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentaram rendimento anual médio de 61,52% do CDI sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, líquido da taxa de administração; e

(g) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) relacionados a aplicações automáticas ("Produto Aplic AUT Itaú), cujo rendimento médio é de 20% da variação do CDI.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber de clientes**Moeda nacional:**

	31/03/2012	31/12/2011
Cartão de crédito Renner	276.241	335.436
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	172.519	151.984
A vencer de 31 a 60 dias	154.742	172.684
A vencer de 61 a 90 dias	103.677	137.074
A vencer de 91 a 120 dias	62.468	102.622
A vencer de 121 a 150 dias	44.942	82.558
A vencer de 151 a 180 dias	19.966	42.060
A vencer acima de 180 dias	14.871	41.319
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	60.162	33.726
Vencidos de 31 a 60 dias	22.206	14.210
Vencidos de 61 a 90 dias	13.628	12.534
Vencidos de 91 a 180 dias	30.719	37.606
	699.900	828.377
Menos:		
Ajuste a valor presente	(23.221)	(32.010)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(37.491)	(47.283)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(330.424)	(371.540)
Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(32.150)	(42.051)
Posições com saldo credor	(373)	(57)
	(423.659)	(492.941)
Administradoras de cartões de terceiros	94.210	159.287
A vencer de 1 a 30 dias	54.059	91.198
A vencer de 31 a 60 dias	34.401	56.107
A vencer acima de 60 dias	16.199	26.806
	104.659	174.111
Menos:		
Ajuste a valor presente cartões de Terceiros	(10.449)	(14.824)
Empréstimo pessoal	10.715	10.678
Comissões e operações a receber	28.413	28.396
Menos:		
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(17.698)	(17.718)
Outras contas a receber	2.016	1.635
Total Controladora – BRGAAP	383.182	507.036
Administradoras de cartões de terceiros	14.760	20.964
A vencer de 1 a 30 dias	7.265	10.156
A vencer de 31 a 60 dias	3.809	6.029
A vencer acima de 60 dias	3.686	4.779
Empréstimo pessoal	83.926	79.620
Comissões e operações a receber	83.926	79.620
Outras contas a receber	367.159	398.695
Cartão Bandeira	37.007	27.636
Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira	(1.540)	(1.290)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	330.424	371.540
Outras	1.268	809
Total Consolidado – IFRS e BRGAAP	849.027	1.006.315

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.8), e reduzidas por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.7).

A totalidade da carteira de créditos transferidos para FIDC Lojas Renner é mantida nos controles da Controladora e apresentados na avaliação da qualidade dos créditos apresentados na tabela acima, considerando a manutenção da gestão desses títulos por parte da Controladora (nota explicativa nº 7). No contexto do consolidado, os títulos mantidos na carteira do FIDC Lojas Renner são integralmente consolidados pela Companhia.

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner")

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 5 de dezembro de 2013.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de março de 2012, é subdividida em: 3,5 mil quotas "senior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 352.744, representativas de 62,82% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 208.773 (dos quais R\$ 58.773 são apresentados como caixa e equivalente de caixa e R\$ 150.000 apresentados como FIDC Lojas Renner do ativo não circulante), representativas de 37,18% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data. O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido do fundo e não terão meta de remuneração definida.

A Controladora atua como agente de cobrança e agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC Lojas Renner (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 330.424 em 31 de março de 2012 (R\$ 371.540 em 31 de dezembro de 2011), líquidos de provisão para perdas.

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R\$ 5.511 em 31 de março de 2012 (R\$ 6.330 em 31 de dezembro de 2011), e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no consolidado apresentado como redutor dos financiamentos.

O balanço patrimonial do fundo está assim composto:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	232.507	160.157
Contas a receber	330.424	371.540
Total do ativo	<u>562.931</u>	<u>531.697</u>
Passivo		
Contas a pagar	1.414	105
Patrimônio Líquido	561.517	531.592
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>562.931</u>	<u>531.697</u>

Em 31 de março de 2012, a remuneração das quotas seniores está assim composta:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade em milhares</u>	<u>Taxa CDI</u>	<u>Saldo a resgatar</u>
Seniores A	1,5	113,17%	151.176
Seniores B	0,8	113,17%	80.627
Seniores C	0,8	113,17%	80.627
Seniores D	0,4	113,17%	40.314
Total	<u>3,5</u>		<u>352.744</u>

A remuneração é calculada com base na taxa CDI adicionada a 1,2%, conforme disposto no Regulamento do Fundo.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Estoques

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Mercadorias para revenda	440.516	305.593	464.501	330.215
Ajuste a valor presente	(10.517)	(8.621)	(10.517)	(8.621)
Provisão para perdas	(3.670)	(16.534)	(3.670)	(17.218)
Mercadorias para revenda, líquido	426.329	280.438	450.314	304.376
Importações em andamento	16.534	95.275	16.534	95.275
Adiantamento a fornecedores	859	1.183	859	1.183
Materiais auxiliares e almoxarifado	2.845	1.480	3.172	1.914
Total	446.567	378.376	470.879	402.748

9 Impostos a recuperar e diferidos**a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidas**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora - BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.189	65.001
Ajuste a valor presente – líquido	34.173	46.287
Provisão para riscos tributários	58.527	53.734
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	20.141	18.846
Outras provisões	9.124	21.976
Ajuste avaliação patrimonial - hedge	3.304	(3.243)
Outros	3.248	3.794
Total	183.706	206.395
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	62.460	70.174
	Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56.728	65.001
Ajuste a valor presente – líquido	34.173	46.287
Ágio na aquisição de participação societária (i)	159.884	159.884
Mais valia de ativos	(37.977)	(39.358)
Provisão para riscos tributários	58.400	54.307
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	20.985	19.124
Outras provisões	9.124	22.659
Ajuste avaliação patrimonial – hedge	3.304	(3.243)
Bases negativas e prejuízos fiscais (ii)	16.405	11.300
Outros	3.248	3.794
Total	324.274	339.755
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	110.253	115.517

(i) Ágio apurado na aquisição da Camicado. A Administração da Companhia estima que os benefícios da amortização desse ágio sejam integralmente utilizados em até 10 anos a partir da data de incorporação societária da Camicado. Para fins dessa análise, a Companhia contratou empresa especializada, que emitiu laudo de avaliação datado de 4 de abril de 2011, divulgado pela Companhia em fato relevante nessa data. A Administração da Companhia revisa anualmente as premissas utilizadas no referido laudo de avaliação e não identificou fatores que indiquem uma redução na rentabilidade apresentada ou alterações nas premissas utilizadas. (ii) Crédito sobre bases negativas de prejuízos da Camicado e da Renner Empreendimentos. As mesmas premissas utilizadas e descritas no item (i) acima, foram consideradas para reconhecimento desses créditos.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidas

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os seguintes períodos, estimamos o seguinte cronograma de realização:

Período	Controladora	Consolidado
2012	40.447	29.798
2013	6.773	14.279
2014	6.773	17.979
2015	6.773	19.983
2016	1.694	14.369
2017	-	10.872
2018	-	2.973
Total	62.460	110.253

c) Análise da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após participações estatutárias	47.208	63.593	45.221	64.829
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(16.051)	(21.622)	(15.375)	(22.042)
Tributos sobre adições permanentes:				
Despesa com remunerações baseadas em ações	(1.385)	(1.608)	(1.385)	(1.608)
Outras adições	(1.261)	(551)	(1.261)	(551)
Resultado de participações societárias	(643)	-	-	-
Tributos sobre exclusões permanentes:				
Resultado de participações societárias	-	960	-	-
Juros sobre capital próprio	6.903	6.281	6.903	6.281
Diferenças de IR e CSLL de controladas	-	-	167	145
Incentivos fiscais (PAT)	954	41	954	41
Outras exclusões	-	486	495	486
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	6	6	12	6
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(11.477)	(16.006)	(9.490)	(17.242)
Corrente	(1.537)	(1.503)	(2.000)	(2.739)
Diferido	(9.940)	(14.503)	(7.490)	(14.503)

A Companhia deduziu do Imposto de Renda a pagar os incentivos fiscais abaixo:

Descrição	31/03/2012	31/03/2011
Lei Ruanet (4%)	-	-
Funcionária (1%)	11	-
Lei Esporte (1%)	-	-
Total	11	-

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Composição dos impostos a recuperar

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.256	2.884	5.465	2.954
PIS/COFINS	1.766	2.365	1.812	2.415
ICMS	23.575	23.106	26.434	24.884
Outros Impostos a recuperar	152	83	261	192
Ativo circulante	30.749	28.438	33.972	30.445
ICMS	19.222	17.277	19.222	17.277
Ativo não circulante	19.222	17.277	19.222	17.277

10 Investimentos

Os investimentos na Controladora – BRGAAP estão assim compostos:

Em 31/03/2012 e trimestre findo nessa data

	Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do investimento	Lucro (prejuízo) Líquido 1T12	Resultado de equivalência patrimonial 1T12
RACC	7	99,99%	21.960	21.957	1.091	1.091
Dromegon	7.205	99,99%	13.548	13.548	645	645
REMP	163.020	99,99%	157.508	157.612	(3.628)	(3.628)
Ágio (a)				1.527	-	-
Outros Investimentos				63	-	-
				194.707	(1.892)	(1.892)

Saldos em 31/12/2011 e resultado do trimestre findo em 31/03/2011

	Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Lucro Líquido 1T11	Resultado de equivalência patrimonial 1T11
RACC	7	99,99%	20.869	20.866	2.247	2.247
Dromegon	7.205	99,99%	12.903	12.903	577	577
REMP	150.050	99,99%	148.269	148.269	-	-
Ágio(a)				1.540	-	-
Outros Investimentos				63	-	-
				183.641	2.824	2.824

- (a) O ágio sobre investimentos em 31 de março de 2012, no montante de R\$ 1.527 (R\$ 1.540 em 31 de dezembro de 2011), classificado como investimentos na controladora – BRGAAP e como imobilizado no consolidado – IFRS e BRGAAP, refere-se à diferença entre o valor justo à época de aquisição da participação da Dromegon e o valor contábil de bem registrado no imobilizado desta controlada. Referido ágio está sendo amortizado na proporção em que o ativo de origem é realizado.

As movimentações no trimestre na conta de investimentos da Controladora – BRGAAP, foram as seguintes:

	31/03/2012
Saldo inicial	183.641
Aporte de capital na REMF	12.970
Resultado de participação societária	(1.892)
Amortização de ágio alocado aos ativos das adquiridas	(12)
Saldo final	194.707

Notas Explicativas (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**11 Imobilizado e intangível**

As movimentações no trimestre do ativo imobilizado da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP) foram as seguintes:

(a) Imobilizado**Controladora – BRGAAP**

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/11	287	4.772	844.689	1.058	86.546	15.673	953.025
Adições	-	-	36.833	-	956	18.244	56.033
Transferências	-	-	8.339	-	55	(8.394)	-
Baixas	-	-	(1.412)	(35)	(952)	-	(2.399)
Saldo em 31/03/12	287	4.772	888.449	1.023	86.605	25.523	1.006.659
Depreciação							
Saldo em 31/12/11	-	(2.449)	(323.480)	(462)	(47.570)	-	(373.961)
Adições	-	(20)	(18.761)	(50)	(2.949)	-	(21.780)
Baixas	-	-	568	35	925	-	1.528
Saldo em 31/03/12	-	(2.469)	(341.673)	(477)	(49.594)	-	(394.213)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/11	287	2.323	521.209	596	38.976	15.673	579.064
Saldo em 31/03/12	287	2.303	546.776	546	37.011	25.523	612.446

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado – IFRS

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/11	287	15.003	863.464	1.172	88.958	16.381	985.265
Adições	-	-	37.683	-	1.073	19.257	58.013
Transferências	-	-	9.290	-	67	(9.357)	-
Baixas	-	-	(1.412)	(35)	(951)	-	(2.398)
Saldo em 31/03/12	287	15.003	909.025	1.137	89.147	26.281	1.040.880
Depreciação							
Saldo em 31/12/11	-	(7.251)	(328.607)	(508)	(49.418)	-	(385.784)
Adições	-	(64)	(18.956)	(53)	(2.986)	-	(22.059)
Adição ágio Camicado (i)	-	-	(1.193)	-	(13)	-	(1.206)
Baixas	-	-	568	35	925	-	1.528
Saldo em 31/03/12	-	(7.315)	(348.188)	(526)	(51.492)	-	(407.521)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/11	287	7.752	534.857	664	39.540	16.381	599.481
Saldo em 31/03/12	287	7.688	560.837	611	37.655	26.281	633.359

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado:

	Taxa media depreciação (a.a. %)
Terrenos	-
Prédios	3
Móveis, instalações e benfeitorias	10
Veículos	20
Computadores e periféricos	20

(b) Intangível**Controladora – BRGAAP**

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Total
Custo				
Saldo em 31/12/11	156.992	43.956	228	201.176
Adições	9.028	1.481	-	10.509
Baixas	(11)	-	-	(11)
Saldo em 31/03/12	166.009	45.437	228	211.674
Amortização				
Saldo em 31/12/11	(81.308)	(29.103)	(63)	(110.474)
Adições	(5.893)	(410)	(9)	(6.312)
Baixas	11	-	-	11
Saldo em 31/03/12	87.190	(29.513)	(72)	(116.775)

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo líquido					
Saldo em 31/12/11	75.684	14.853	165	90.702	
Saldo em 31/03/12	78.819	15.294	156	94.899	

Consolidado – IFRS

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Intangível Outros	Ágio Camicado (i)	Total
Custo						
Saldo em 31/12/11	164.704	43.956	28.301	3.500	77.008	317.469
Adições	10.276	1.481	-	-	-	11.757
Baixas	(11)	-	-	-	-	(11)
Saldo em 31/03/12	174.969	45.437	28.301	3.500	77.008	329.215
Amortização						
Saldo em 31/12/11	(82.978)	(29.103)	(63)	(467)	-	(112.611)
Adições	(6.287)	(410)	(10)	-	-	(6.707)
Adições ágio Camicado	-	-	-	(175)	-	(175)
Baixas	11	-	-	-	-	11
Saldo em 31/03/12	(89.254)	(29.513)	(73)	(642)	-	(119.482)
Saldo líquido						
Saldo em 31/12/11	81.726	14.853	28.238	3.033	77.008	204.858
Saldo em 31/03/12	85.715	15.924	28.228	2.858	77.008	209.733

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (a.a. %)
Sistemas de informática	20
Direito de utilização de imóveis	10
Marcas e patentes	10

(i) Ágio Camicado

Conforme divulgado em fato relevante de 12 de maio de 2011, a Companhia, por intermédio de sua subsidiária REMP, concluiu naquela data a compra de 100% do capital da Maxmix Comercial Ltda, detentora da marca Camicado, empresa de varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração. O valor total do negócio totalizou R\$ 165.000, do qual foram descontados os ajustes de preço, oriundos do endividamento líquido da Camicado levantado na data de 4 de maio de 2011. Adicionalmente foi negociada a retenção de R\$ 15.000 para fazer frente a eventuais perdas que a Camicado venha a incorrer e que serão objeto de indenização à Companhia pelos ex-controladores da Camicado.

Em 27 de janeiro de 2012 foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Camicado, para alocação do pagamento e apuração final do ágio no montante de R\$ 77.008, líquido dos valores alocados ao imobilizado e intangível (e respectivos impactos tributários) em conformidade com normas contábeis CPC 15 e IFRS 3. Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de abril de 2011, data do último balanço levantado pela Camicado antes da data de aquisição.

(c) Impairment de intangíveis com vida útil indefinida

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida da Companhia referem-se ao ágio e a marca identificados no processo de aquisição da Camicado realizada em 12 de maio de 2011. Os respectivos valores de aquisição desses ativos foram lastreados em laudos de avaliação emitidos por peritos em 4 de maio de 2011 e 27 de janeiro de 2012. A Administração da Companhia realizou o teste de eventual *impairment* nesses ativos na data base de 31 de dezembro de 2011, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.11. Para essa análise a Administração da Companhia considerou o negócio Camicado como sendo uma Unidade Geradora de Caixa (UGCs).

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável da Camicado foi determinado com base em cálculos do valor em uso, projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando o plano de abertura de novas lojas e taxas médias de crescimento no longo prazo do setor de varejo na qual a Camicado atua.

12 Empréstimos e financiamentos**Passivo circulante**

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	12.138	12.138	12.138	12.138
Encargos Financiamento Banco do Nordeste	97	106	97	106
Empréstimo - capital de giro (b.1)	-	-	4.614	5.564
Empréstimo - capital de giro – conta garantida (b.2)	-	-	24.652	5.693
Encargos Financiamento debêntures - série 1 – (c)	4.888	12.502	4.888	12.502
Encargos Financiamento debêntures - série 2 – (c)	8.071	5.000	8.071	5.000
Total	25.194	29.746	54.460	41.003

Passivo não circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	21.242	24.276	21.242	24.276
Debêntures - série 1 – (c)	215.100	215.100	215.100	215.100
Debêntures - série 2 – (c)	84.900	84.900	84.900	84.900
Saldo a amortizar custos de estruturação debêntures	(1.841)	(1.943)	(1.841)	(1.943)
Total	319.401	322.333	319.401	322.333

(a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 31 de março de 2012, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010. Os encargos estão atualmente em 10% a.a. podendo ser alterados por decreto federal. Em caso de adimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os encargos são pagos trimestralmente durante a carência de 24 meses (dezembro de 2007 a dezembro de 2009). De janeiro de 2010 a dezembro de 2014 está ocorrendo a amortização mensal do principal, acrescido dos encargos. Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos do referido financiamento a partir de 31 de março de 2012:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2012	9.104	2.145
2013	12.138	1.815
2014	12.138	637
Total	33.380	4.597

(b.1) A Companhia, por intermédio de sua subsidiária Camicado, mantém empréstimos de capital de giro junto ao Banco Itaú BBA S.A. com encargo médio pré fixado de 14,38% ao ano; (b.2) A Camicado captou outro empréstimo de capital de giro na modalidade de conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) com encargo proporcional a 111% do CDI.

(c) Conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 13 de junho de 2011, a Companhia, sob a coordenação do Banco Santander (Brasil) S.A., nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400 de 29 de dezembro de 2003, emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures nominativas, escriturais não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quarta emissão da Companhia, com valor unitário de R\$ 10 na data da emissão (15 de julho de 2011), perfazendo o montante total de R\$ 300.000. Os recursos oriundos dessa operação serão destinados para otimização da estrutura de capital da Companhia, manutenção de um nível adequado de caixa, financiamento de sua estratégia de expansão orgânica.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão foi feita em duas séries, cujas características são:

	Debêntures	
	Série 1	Série 2
Montante	R\$ 215,1 milhões	R\$ 84,9 milhões
Prazo final	5 anos	6 anos
Taxa inicial <i>bookbuilding</i>	CDI + 1,35% a.a.	IPCA + 8,15% a.a.
Taxa final <i>bookbuilding</i>	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 7,80% a.a.
Amortizações	Principal: o final do 4º e 5º anos e juros: semestralmente	Principal: o final do 4º, 5º e 6º anos e juros: anualmente

13 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 31 de março de 2012 a Companhia mantinha financiamentos de serviços financeiros com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Itaú BBA S.A.

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamentos – Vendas Financiadas (a.1)	11.361	7.152	11.690	7.426
Financiamentos – Vendas Financiadas (a.2)	5.210	4.203	5.210	4.203
Financiamentos – Empréstimo pessoal (b)	-	-	82.218	77.058
Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida (c)	703	110	8.494	4.086
Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d)	18.296	24.109	18.296	24.109
Quotas Seniors – FIDC Lojas Renner (e)	-	-	2.744	3.050
Total	35.570	35.574	128.652	119.932

(a.1) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais, com encargos de 6,90% a.m. (6,90% a.m. em 31 de dezembro de 2011), sobre as quais a Companhia possui coobrigação de pagamento.

(a.2) São operações de vendas financiadas disponibilizadas em algumas filiais e referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento de sete, nove e onze prestações mensais, com encargos de 4,90% a.m.

(b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC, dos quais a Companhia é garantidora.

(c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" estão sujeitos a encargos líquidos médios de 10,68% a.a. (12,88% a.a. em 31 de dezembro de 2011), com prazo final de até 180 dias e são utilizados essencialmente para o financiamento da carteira em atraso.

(d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes, que estão sujeitos a encargos de 15,9% a.m. (15,9% a.m. em 31 de dezembro de 2011). A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

(e) Representa a atualização da subscrição das quotas sênior do FIDC Lojas Renner, cujo resgate se dá em até 90 dias.

As operações de financiamentos de recebíveis do passivo circulante possuem prazos de vencimento de curto prazo, em linha com os prazos de realização dos valores registrados no contas a receber.

Passivo não circulante

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (a)	-	-	350.000	350.000
Saldo a amortizar custos de estruturação FIDC Lojas Renner (b)	-	-	(5.511)	(6.330)
Total	-	-	344.489	343.670

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 7), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Lojas Renner em dezembro de 2013.
- (b) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos dos recursos captados de quotistas senior do FIDC Lojas Renner:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2012	-	26.692
2013	350.000	36.439
Total	350.000	63.131

14 Financiamentos das importações

A Companhia tem realizado financiamento de parte de suas importações (FINIMP) junto a instituições financeiras no Brasil (Banco Bradesco S.A e Banco do Brasil S.A.). As operações de FINIMP são denominadas em dólares norte americanos e atualizados com juros médios "all in" de 3,35% a.a., composto por taxa Libor, spread bancário e a retenção do imposto de renda. O prazo de vencimento dos juros e do principal é de 180 dias. O saldo em 31/03/2012 de financiamento de importações (FINIMP) é de R\$ 80.123 (R\$ 11.224 em 31/12/2011).

15 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

Moeda nacional:	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Fornecedores comerciais	217.900	272.424	239.470	310.054
Ajuste a valor presente	(2.687)	(2.235)	(2.687)	(2.235)
Fornecedores uso e consumo	67.779	115.993	71.057	122.068
Total	282.992	386.182	307.840	429.887

Em 31 de março de 2012, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de março de 2012 totalizou R\$ 121.829 (R\$ 169.229 em 31 de dezembro de 2011). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

16 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e contingências passivas e ativas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de março de 2012, R\$ 25.462 na controladora – BRGAAP e R\$ 26.108 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 25.335 e R\$ 25.787 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 19.760 na controladora e R\$ 19.888 no consolidado, em 31 de março de 2012 (R\$ 19.566 e R\$ 19.976 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 6.080 na controladora – BRGAAP e R\$ 6.598 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 6.147 e R\$ 6.189 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante, sendo R\$ 5.702 na controladora – BRGAAP e R\$ 6.220 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 5.769 e R\$ 5.811 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente) de natureza tributária e R\$ 378 (R\$ 378 em 31 de dezembro de 2011) de natureza cível.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, nas experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A síntese das movimentações das provisões no trimestre foram as seguintes:

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora – BRGAAP	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/03/2012
Cíveis	12.557	340	-	-	-	12.897
Trabalhistas	6.289	955	-	-	-	7.244
Total passivo circulante – Controladora	18.846	1.295	-	-	-	20.141

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/03/2012
Cíveis	12.567	345	-	-	-	12.912
Trabalhistas	6.557	955	-	-	-	7.512
Total passivo circulante – Consolidado	19.124	1.300	-	-	-	20.424

Controladora – BRGAAP	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/03/2012
ICMS (a)	32.444	72	-	(125)	2617	35.008
Imposto de renda e contribuição social (b)	12.766	-	206	-	-	12.972
Outros impostos e contribuições (c)	21.290	31	-	(92)	2.290	23.519
(-) Depósitos judiciais relacionados	(19.566)	(194)	-	-	-	(19.760)
Total passivo não circulante	46.934	4.183	215	(6.219)	6.626	51.739

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/03/2012
ICMS (a)	32.444	72	-	(125)	2617	35.008
Imposto de renda e contribuição social (b)	12.766	-	206	-	-	12.972
Outros impostos e contribuições (c)	22.052	299	-	(247)	2.290	24.394
(-) Depósitos judiciais relacionados	(19.976)	-	-	88	-	(19.888)
Total passivo não circulante	47.286	4.645	215	(6.286)	6.626	52.486

a) Referem-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange o crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e aquisições de ativo imobilizado. Também estão incluídos neste montante questionamento realizado por autoridade fiscal, por meio de auto de lançamento, de crédito de ICMS nas devoluções de mercadorias dos clientes, do crédito de ICMS de compras de fornecedores com inscrição estadual baixada, como também de crédito de ICMS de aquisições de imobilizado utilizados para reformas e outros itens classificados pelo fisco como não essenciais à atividade;

b) Referem-se a discussões relacionadas à glosa de ajustes no lucro tributável, decorrentes de correção monetária de balanço, compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, diferenças apontadas pela autoridade fiscal por ter atribuído a Controladora, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada RACC tributada pelo lucro presumido, apropriação de crédito de benefícios relacionados à Lei da Inovação, entre outros;

c) São diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, fundo de garantia, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, majoração nos encargos de seguro de acidente de trabalho, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos, de acordo com os mesmos critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota;

Em 31 de março de 2012, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R\$ 166.699 na controladora – BRGAAP e R\$ 168.552 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 140.697 e R\$ 141.754 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente). Para os processos classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais sobre a contingência. Do saldo da provisão para riscos tributários consignado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2012, R\$ 40.591 na controladora – BRGAAP e R\$ 40.705 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 34.165 e R\$ 34.770, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011) referem-se a estimativas de custas processuais para estes processos. Embora a Administração entenda que a probabilidade de desembolso com estes processos individualmente seja pequena, pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados.

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como possível no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

Passivo circulante	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	6.229	2.678	26.641	24.202
Obrigações com clientes (b)	8.886	11.308	13.265	14.131
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (c)	4.585	6.660	4.861	6.944
Obrigações aos ex-controladores Camicado (d)	-	-	3.091	361
Outras obrigações	10.824	11.107	10.609	7.104
Total de outras obrigações – passivo circulante	30.524	31.753	58.467	52.742

Passivo não circulante	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	4.200	4.551	7.010	7.744
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	3.222	3.515	3.222	3.515
Obrigações aos ex-controladores da Camicado (d)	-	-	12.365	15.000
Total de outras obrigações – passivo não circulante	7.422	8.066	22.597	26.259

(a) referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira; (b) referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues; (c) adiantamentos relacionados às operações de seguros referente contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização; e (d) saldo da contraprestação retida pela Companhia no processo de aquisição da Camicado (nota explicativa nº 10 (b) (i)).

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social	2.447	45.790	2.702	46.073
ICMS a recolher	54.289	112.290	54.688	113.031
Encargos sociais	19.655	19.164	20.883	20.235
PIS/COFINS	11.296	44.700	11.838	45.687
Outros tributos	4.359	5.605	6.507	6.482
Total passivo circulante	92.046	227.549	96.618	231.508
PAES (a)	328	650	328	650
ICMS a recolher – Pró-Emprego (b)	31.077	26.732	31.078	26.732
AVP - ICMS a recolher - Pró-Emprego	(5.617)	(4.931)	(5.617)	(4.931)
Outros	-	-	705	932
Total passivo não circulante	25.788	22.451	26.494	23.383

(a) Em 30 de maio de 2003, foi editada a Lei 10.684 que trata, entre outros pontos, do Parcelamento Especial – PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em 31 de julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O montante está sendo pago em parcelas mensais atualizadas com base na TJLP, cujo vencimento final é no ano de 2013.

(b) A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. Os valores de ICMS a recolher apurados naquele estabelecimento serão pagos num prazo de 24 meses a contar da data de ocorrência do fato gerador, nas apurações mensais efetuadas a partir de junho de 2007, conforme deferido em ato da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Para a manutenção do enquadramento no Programa Pró-Emprego, a Companhia contribui, sobre os benefícios assegurados no referido programa, com 2,5% e 2% respectivamente, para o Fundo Pró-Emprego e para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Capital social e reservas

19.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de março de 2012, é de R\$ 421.683 (R\$ 421.683 em em 31 de dezembro de 2011), representado por 122.821.065 (cento e vinte dois milhões, oitocentos e vinte e um mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 42 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BOVESPA e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de março de 2012, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

19.2 Reservas de capital

a) Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

b) Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE).

19.3 Reservas de lucros

a) Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do estatuto social da Companhia.

b) Reserva legal

Esta reserva é constituída conforme determina a legislação societária.

c) Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório, cuja destinação é realizada por aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é apresentada na nota explicativa nº 34.

20 Ajuste de avaliação patrimonial

São apresentados como ajuste de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos (notas explicativas nº 3.17 e 22). O montante dos ajustes registrados representa uma perda, líquido de impostos, no montante de R\$ 2.180 (R\$ 2.140 de ganho líquido de impostos em em 31 de dezembro de 2011) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação,

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora – BRGAAP e Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/03/2011
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	35.731	47.587
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias	122.821	122.349
LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO	0,2909	0,3889
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	35.731	47.587
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias	122.821	122.349
Mais:		
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações	2.682	2.211
Total	125.503	124.560
LUCRO POR AÇÃO – DILUÍDO	0,2847	0,3820

22 Instrumentos financeiros e gestão de capital

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos operados pela Companhia incluem, (i) recebíveis, composto por contas a receber de clientes pela venda de mercadorias e equivalentes de caixa; e (ii) derivativos usados para hedge.

Os instrumentos financeiros passivos operados pela Companhia incluem, (i) Fornecedores; e (ii) Empréstimos e financiamentos.

22.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado**Caixa e equivalentes de caixa**

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia no encerramento do trimestre se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Empréstimos e financiamentos

As taxas de juros dos empréstimos contratados, no encerramento do período, se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos são similares aos de mercado.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração.

22.3 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco relacionado aos derivativos utilizados na proteção de exposição de variação de preços da moeda nas

Notas Explicativas

importações.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% do custo FOB de suas importações e financiamentos de importação, via operações de *hedge*, compostas por contratos de opções de compra de dólar norte americano (*Call*) (nota explicativa nº 3.17), contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e contrato de *Swap* com a troca da variação cambial pelo indexador em percentual do CDI.

Uma vez definido o planejamento de compras, é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local, dentro dos padrões de margem de lucro esperados e dos prazos de entrega prováveis. A partir daí, se define o preço de exercício para a compra de opções de dólar norte americano (*Call*) ou o valor estimado, de acordo com as variações do mercado, para a compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)*. O valor do prêmio da *Call*, bem como o valor do dólar futuro (*NDF*) praticado pelo mercado para os volumes e vencimentos dos pedidos de compra, nortearão a escolha do tipo de instrumento de *hedge* a ser contratado.

Para determinação do preço de exercício e vencimento de opções de compra de dólar norte americano (*Call*) destinadas a *hedge* dos pedidos de importação de ativo imobilizado, leva-se em conta o custo previsto no projeto de investimento a ele relacionado, bem como o prazo de pagamento do mesmo.

Para contratação de *hedge* das operações de financiamento de importações, toma-se por base o preço de exercício para a compra de opções de dólar norte americano (*Call*) ou o valor estimado, de acordo com as variações do mercado, para a compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* ou ainda o percentual do CDI praticado pelo mercado no instrumento de *Swap* para a troca da variação cambial dos contratos de financiamento de importações. O valor do prêmio da *Call* ou o valor do dólar futuro (*NDF*) praticado pelo mercado, ou ainda o percentual do CDI praticado pelo mercado no instrumento de *Swap*, nortearão a escolha do tipo de instrumento de *hedge* a ser contratado.

Ao limitar-se ou reduzir-se os riscos cambiais incorridos na execução das operações da Companhia, através da contratação de instrumentos derivativos, busca-se garantir rentabilidade mínima nas transações que envolvam ativos ou passivos precificados em moeda estrangeira, como na lucratividade oriunda da comercialização de produtos importados ou na limitação de custos em operações de dívida em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI e também com variação de índices de inflação. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de *hedge* natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI e recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Considerando a manutenção de posições de equivalentes de caixa (indexados ao CDI) em patamares superiores às captações de dívida no consolidado, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento destas operações e indexadas pelas mesmas taxas, bem como o curto prazo de realização dos recebíveis e das estruturas de financiamento a eles vinculadas, e a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a Administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito aos seus clientes.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos de última geração, vinculados à área de risco e fraude na unidade de produtos financeiros e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). A Companhia registrou provisão para perdas em crédito no montante de R\$ 55.189 em 31 de março de 2012 (R\$ 65.001 em 31 de dezembro de 2011), para cobrir os riscos de crédito. O agendamento (*aging*) de recebimentos e a provisão de perdas com crédito reconhecidas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Os ativos representados por equivalentes de caixa, depósitos em bancos e derivativos, tem como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreados em títulos garantidos por estas instituições.

(c) Risco de liquidez

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito. Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são: precaução para momentos de incerteza na liquidez da economia, garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia, garantir a manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito, garantir a amortização e serviços de dívidas e garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia tem espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (notas explicativas nº 12 e 13), não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo como principal operação com cláusulas dessa natureza as Debêntures emitidas em 15 de julho de 2011. A síntese dos índices financeiros (*Covenants*) previstos nessa operação, conforme documento de oferta pública registrado na CVM são: i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5; ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero). A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento dos mesmos com significativa margem de segurança.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2012, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

O passivo financeiro mantido pela Companhia em 31 de março de 2012 é representado basicamente pelos empréstimos e financiamentos, cuja expectativa de fluxos de caixa futuros encontra-se apresentada nas notas explicativas nº 12 e 13.

22.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de risco cambial assumido em pedidos de importações e financiamentos de importações, conforme descrito na nota explicativa nº 3.17.

A Companhia tem contratadas os seguintes instrumentos financeiros derivativos por natureza:

Em 31/03/2012

Operação	Valor nominal das operações em US\$	Valor pago pelas opções em aberto em R\$	Valor justo dos derivativos em R\$	Vencimentos
Opção de compra de dólar (a)	101.445	12.316	7.790	De 12/04/12 a 31/01/13
Non-Deliverable Forward (b)	17.860	-	1.441	De 25/07/12 a 04/09/12
Swap (c)	2.843	-	189	23/07/12
Total	122.148	12.316	9.420	

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31/12/2011

Operação	Valor nominal das operações em US\$	Valor pago pelas opções em aberto em R\$	Valor justo das opções em R\$	Vencimentos
Opção de compra de dólar (a)	90.738	7.981	11.192	De 31/01/12 a 28/12/12

(a) Em 31 de março de 2012, a Companhia tem contratadas opções de compra de dólar norte americano cujos valores nominais totalizam US\$ 101.445 mil, com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco do Brasil S.A. Cada opção de compra de dólar norte americano assegura o direito à Companhia de adquirir a referida moeda a um preço estabelecido para o vencimento (preço de exercício). Em 31 de março de 2012, o preço de exercício médio das opções de compra de dólar adquiridas era de R\$ 1,8403 para cada dólar.

A avaliação do valor justo das opções de compra de dólar é estabelecida com base no mercado ativo (nível 1). Em 31 de março de 2012, o valor justo dos derivativos apresentados pela Companhia foi de R\$ 7.790, sendo R\$ 5.436 alocado nos estoques, como importações em andamento, R\$ 720 alocados em adiantamentos a fornecedores de imobilizado e R\$ 1.634 referente a hedge do Financiamento de importações (FINIMP), alocado em outras contas a receber. Esse montante representa o risco máximo do instrumento contratado, já que a opção de compra de dólar assegura um direito e não impõe obrigações ao contratante.

A tabela a seguir sumaria os resultados dos derivativos diferidos no patrimônio líquido, considerando a aplicação do conceito de hedge de fluxo de caixa:

Período	Ganho / (perda) diferidas - bruta	IR/CSLL (34%)	Ganho / (perda) diferidas - líquida
31/03/2012	(3.303)	1.123	(2.180)
31/12/2011	3.243	(1.103)	2.140

(b) Em 31 de março de 2012, totalizam R\$ 17.860 mil em *Non-Deliverable Forward*, com as instituições financeiras Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú BBA S.A.. Esse instrumento derivativo de proteção contra a variação cambial, de contrato de compra de dólar futuro obriga à Companhia a adquirir a referida moeda a um preço estabelecido na contratação para o vencimento. Em 31 de março de 2012, o dólar médio era de R\$ 1,7910. Em 31 de março de 2012, o valor justo desta modalidade de derivativos contratados pela Companhia totalizava R\$ 1.441, referente a hedge do Financiamento de importações (FINIMP), alocado em outras contas a receber.

(c) Em 31 de março de 2012, totalizam R\$ 2.843 mil em *Swap*, em contrato com o Banco Bradesco S.A.. Esse instrumento derivativo de proteção contra a variação cambial é um contrato de troca de moeda estrangeira por um percentual do CDI. Em 31 de março de 2012, o valor justo desta modalidade de derivativos contratados pela Companhia totalizava R\$ 189, referente a hedge do Financiamento de importações (FINIMP), alocado em outras contas a receber.

Em 31 de março de 2012 considerando que os instrumentos contratados têm a finalidade de proteger a Companhia contra riscos de alta da moeda norte americana, segue análise de sensibilidade de diferentes cenários:

Período	Operação	Valor de referência da cobertura US\$	Cotação US\$ exercício	Risco	Resultado Hedge Cenário esperado	Resultado bruto Hedge Cenário I (alta 25%)	Resultado bruto Hedge Cenário II (alta 50%)
31/03/2012	Opção de compra de dólar	101.445	1,8403	Alta do US\$	(12.316)	34.355	81.027
31/12/2011	Opção de compra de dólar	90.738	1,8356	Alta do US\$	(7.981)	33.649	75.289

Cabe destacar que os cenários acima representam potenciais oscilações sobre o risco de câmbio sobre os compromissos assumidos por pedido de importação ou financiamento de importação, cujos montantes estão integralmente protegidos por operações de derivativos, assim, caso esses cenários hipotéticos venham a se confirmar a Companhia não espera incorrer em perdas superiores aos valores pagos pelas opções de compra de dólar.

Período	Operação	Valor de referência da cobertura US\$	Cotação US\$ exercício	Risco	Cenários	Resultado bruto Hedge
31/03/2012	<i>Non-Deliverable Forward</i>	17.860	1,7910	Alta do US\$	Alta 25%	7.997
31/03/2012	<i>Non-Deliverable Forward</i>	17.860	1,7910	Alta do US\$	Alta 50%	15.994
31/03/2012	<i>Non-Deliverable Forward</i>	17.860	1,7910	Queda do US\$	Queda 25%	(7.997)
31/03/2012	<i>Non-Deliverable Forward</i>	17.860	1,7910	Queda do US\$	Queda 50%	(15.994)

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Período	Operação	Cotação contratação US\$	Valor de referência da cobertura US\$	CDI futuro (a.a)	Varição contractual CDI	Cenários	Resultado bruto Swap
31/03/2012	Swap	1,742	2.843	8,95%	115,20%	Alta 25%	992
31/03/2012	Swap	1,742	2.843	8,95%	115,20%	Alta 50%	2.230
31/03/2012	Swap	1,742	2.843	8,95%	115,20%	Queda 25%	(1.484)
31/03/2012	Swap	1,742	2.843	8,95%	115,20%	Queda 50%	(2.722)

Como todos os instrumentos de derivativos contratados pela Companhia estão integralmente atrelados à operações de compra ou financiamento precificados em moeda estrangeira, qualquer resultado auferido no hedge será compensado nas variações ocorridas na transação de origem, ou seja, se a Companhia obter ganhos na realização do hedge, estarão somente compensando custos maiores de variação cambial nas operações para as quais a proteção foi contratada, valendo a mesma premissa para o caso de auferir-se resultados negativos no hedge.

22.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia tem utilizado essencialmente capital próprio para o financiamento de suas atividades, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA), em 31 de março de 2012 apresenta:

(Endividamento) / disponibilidades líquidas	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	295.758	431.412	499.359	578.264
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	(25.194)	(29.746)	(54.460)	(41.003)
Não circulante	(319.401)	(322.333)	(319.401)	(322.333)
(Endividamento) / disponibilidade líquidas	(48.837)	79.333	125.498	214.928

As posições de financiamentos atreladas à operação de serviços financeiros, bem como ao financiamento de importações são tratadas como financiamentos operacionais e portanto, são desconsideradas para fins de cálculo de endividamento / disponibilidades líquidas.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

23 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizaram algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

a) Contexto Consolidado**Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas. No período de três meses findos em 31 de março de 2012, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 1.653 (R\$ 1.413 no período de três meses findos em 31 de março de 2011), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 29).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2012 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 10.000 para o exercício social de 2012.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações (nota explicativa nº 26). No período de três meses findos em 31 de março de 2012, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 2.407 (R\$ 3.073 para o período de três meses findos em 31 de março de 2011), apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 34, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

b) Contexto Controladora

Contratos de Locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 5,5% das vendas mensais líquidas de tributos realizadas pela loja e (ii) R\$ 154 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de Prestação de Serviço de Concessão de Empréstimos e Intermediação de Venda de Títulos de Capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, RACC, mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos titulares do Cartão Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A Lojas Renner participa na operação com sua infra-estrutura operacional e como garantidora da operação. A RACC também oferece venda de títulos de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A..

Utilização do Cartão Renner na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner a utilização dos mesmos em compras na Camicado.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2012, bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

	Controladas			31/03/2012	31/12/2011
	Dromegon	RACC	Camicado		
Saldos em 31 de março de 2012 – Passivo					
Aluguéis a pagar	9.774	-	-	9.774	9.190
Conta corrente com empresas ligadas	-	3.056	-	3.056	8.061
Saldo do Cartão Renner	-	-	3.530	3.530	4.175
Transações no período – 1T12				1T12	1T11
Despesas com aluguéis	(784)	-	-	(784)	(706)

24 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011
Responsabilidade civil	102.100	102.100
Riscos diversos – Imobilizado e estoques	1.304.067	1.296.621
Veículos	14.240	14.264

Notas Explicativas

25 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

26 Plano de opção de compra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a proposta do Comitê de Remuneração para implementação de um novo programa do plano de opção de compra de ações (8ª outorga), outorgando 716,3 mil opções de compra de ações da Companhia. O preço de exercício das opções ficou estabelecido em R\$ 55,15 (cinquenta e cinco reais e quinze centavos) por ação. Não haverá atualização monetária no preço de exercício das opções.

Os programas prevêem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas prevêem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultar em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. O 1º e 2º programas de outorga de opções dos Administradores prevêem o comprometimento para que não sejam vendidas, transferidas, oneradas ou de qualquer outra forma negociada o equivalente a 50% das ações que vierem a ser inscritas e integralizadas em razão do exercício das opções outorgadas por um período de um ano contado da data de subscrição e integralização das referidas ações. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (*vesting*) total de seis anos contados da data de outorga. A partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return (TSR)*, estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de março de 2012, existiam 5.965 mil opções (5.264 mil em 31 de dezembro de 2011), representando, no total, aproximadamente 4,86% das 122.821.065 ações emitidas pela Companhia.

A despesa contabilizada corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, calculado na data da outorga, com base no modelo de *Black&Scholes*, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No período de três meses findos em 31 de março de 2012, a despesa com plano de opções de compra de ações totalizou R\$ 4.075 (R\$ 4.727 No período de três meses findos em 31 de março de 2011).

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações, o preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de março de 2012 e o valor da opção corrigido pelo IPCA nesta mesma data:

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1º outorga A	1º outorga B	2º outorga	3º outorga A	3º outorga B	4º outorga	5º outorga
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	760	55	815	517	250	1.029	1.094
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	(634)	(50)	(488)	(122)	-	(38)	(28)
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	(126)	(5)	(216)	(234)	-	(185)	(129)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/03/2012 – mil	-	-	111	161	250	806	937
Valor da opção para exercício em 31/03/2012 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	N/A	N/A	28,28	29,01	29,83	34,25	15,15
Valor de mercado da ação em 31/03/2012– R\$	62,70	62,70	62,70	62,70	62,70	62,70	62,70

	Outorga contratual	6º outorga A	6º outorga B	7º outorga	8º outorga	Total 31/03/12	Total 31/12/11
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	1.822	601	10	638	716	8.307	7.591
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	-	-	-	-	-	(1.360)	(1.360)
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	-	(39)	-	(40)	(8)	(982)	(967)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/03/2012 – mil	1.822	562	10	598	708	5.965	5.264
Valor da opção para exercício em 31/03/2012 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	14,44	38,65	38,97	51,42	55,15		
Valor de mercado da ação em 31/03/2012– R\$	62,70	62,70	62,70	62,70	62,70		

Considerando o exercício das 5.965 mil opções *in the money* (2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de março de 2012:

Valor do Patrimônio Líquido em 31/03/2012	1.170.182
Quantidade de ações em 31/03/2012 – mil	122.821
Valor patrimonial da ação em 31/03/2012 – R\$	9,53
Valor do Patrimônio Líquido em 31/03/2012, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	1.345.465
Quantidade de ações em 31/03/2012, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	128.786
Valor patrimonial da ação em 31/03/2012, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	10,45
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	4,63%

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Outorga (A)	1º Outorga (B)	2º Outorga	3º Outorga (A)	3º Outorga (B)	4º Outorga
Data da outorga	29/07/05	17/10/05	01/06/06	30/04/07	15/05/07	31/03/08
Dividend yield	-	-	1,21%	0,95%	0,89%	2,04%
Volatilidade do preço da ação	25,97%	59,37%	46,85%	34,46%	36,15%	51,39%
Taxa de juro livre de risco	14,87%	14,19%	14,92%	10,05%	9,69%	12,51%
"Vesting period"	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos
Número de opções	760	55	815	517	250	1.029
Valor justo na data da outorga	5.022	443	13.484	7.772	4.191	21.565
Valor da opção para exercício em 31/03/2012 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$	8,83	12,59	28,28	29,01	29,83	34,25

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	5º Outorga	Outorga contratual	6º Outorga (A)	6º Outorga (B)	7º Outorga	8º Outorga
Data da outorga	19/01/09	30/03/09	18/01/10	15/03/10	16/02/11	06/02/12
Dividend yield	2,21%	2,65%	3,07%	2,93%	3,65%	3,37%
Volatilidade do preço da ação	79,74%	57,45%	33,65%	35,38%	42,84%	29,38%
Taxa de juro livre de risco	11,39%	11,02%	12,12%	11,51%	11,80%	10,54%
"Vesting period"	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos
Número de opções	1.094	1.822	601	10	638	716
Valor justo na data da outorga	14.079	16.296	12.349	218	19.040	22.988
Valor da opção para exercício em 31/03/2012 - R\$	15,15	14,44	38,65	38,97	51,42	55,15

27 Plano de aposentadoria e pensão

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

28 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui penhora de dois dos seus imóveis registrados no Ativo Imobilizado, decorrente de débitos que estão sob discussão com a Fazenda Nacional.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia optou por incluir os débitos com a Fazenda Nacional e FNDE, objeto de penhor, que totalizavam na data R\$ 1.074, no parcelamento especial instituído pela Lei 10.684/2003 (PAES). Referido parcelamento, destacado na nota explicativa nº 18, vem sendo regularmente pago pela Companhia e tem vencimentos programados até outubro de 2013, data em que poderão ser liberados os gravames sobre os referidos imóveis.

A Companhia mantém "Financiamentos clientes inadimplentes conta garantida" para financiamento de seus clientes, assumindo na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de março de 2012, R\$ 703 na Controladora – BRGAAP e R\$ 8.494 no Consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ R\$ 110 e R\$ 4.086 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principal e acessórias, oriundas da operação. Em 31 de março de 2012, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 16.571 na controladora – BRGAAP e R\$ 16.900 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 11.355 e R\$ 11.629 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de março de 2012, R\$ 18.296 na controladora e no consolidado (R\$ 24.109 em 31 de dezembro de 2011).

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos titulares do Cartão Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador, a plena e direta responsabilidade por todas as obrigações, principal e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos titulares do Cartão Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de março de 2012, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 82.218 (R\$ 77.058 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Remuneração dos administradores	(1.653)	(1.413)	(1.653)	(1.413)
Tributárias	(7.224)	(6.124)	(7.655)	(6.128)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(17.143)	(14.449)	(24.735)	(17.629)
Outras receitas operacionais	989	870	1.055	870
Outras despesas operacionais	(2.470)	(173)	(2.465)	(173)
Participação empregados (a)	(2.728)	(2.256)	(2.728)	(2.256)
Outros resultados operacionais	(30.229)	(23.545)	(38.181)	(26.729)

(a) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

30 Resultado financeiro

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receitas financeiras	6.718	9.345	7.052	9.345
Rendimentos de aplicações	6.619	9.375	6.923	9.375
Outras receitas financeiras	99	(30)	129	(30)
Despesas financeiras	(11.762)	(3.945)	(12.857)	(3.964)
Juros	(10.312)	(1.219)	(11.000)	(1.222)
Variação monetária passiva	(816)	(2.342)	(920)	(2.342)
Outras despesas financeiras	(634)	(384)	(937)	(400)
Outros resultados financeiros	1.799	391	1.798	389
Variação cambial, líquida	1.404	(6)	1.403	(8)
Resultado com operação hedge	-	(674)	-	(674)
AVP sobre impostos, líquido	395	1.071	395	1.071
Resultado financeiro, líquido	(3.245)	5.791	(4.007)	5.770

31 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em varejo e produtos financeiros.

A tabela abaixo demonstra essa segregação:

	Controladora - BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receita líquida	587.157	517.707	79.537	74.403	666.694	592.110
Custo das vendas	(272.599)	(243.393)	(4.212)	(6.154)	(276.811)	(249.547)
(Despesas)						
Vendas	(197.365)	(167.679)	-	-	(197.365)	(167.679)
Administrativas e gerais	(59.469)	(51.512)	-	-	(59.469)	(51.512)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(18.159)	(18.781)	(18.159)	(18.781)
Outros resultados operacionais	(13.086)	(9.096)	(17.143)	(14.449)	(30.229)	(23.545)
LAJIDA (nota explicativa nº 3.22)	44.638	46.027	40.023	35.019	84.661	81.046

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado – IFRS e BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receita líquida	619.199	517.707	90.077	81.060	709.276	598.767
Custo das vendas (Despesas)	(290.630)	(243.393)	(4.212)	(6.154)	(294.842)	(249.547)
Vendas	(208.242)	(167.000)	-	-	(208.242)	(167.000)
Administrativas e gerais	(64.196)	(51.523)	-	-	(64.196)	(51.523)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(20.227)	(18.809)	(20.227)	(18.809)
Outros resultados operacionais	(13.446)	(9.100)	(24.735)	(17.629)	(38.181)	(26.729)
LAJIDA (nota explicativa nº 3.22)	42.685	46.691	40.903	38.468	83.588	85.159

32 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de março de 2012, a Companhia possuía 205 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 175 contratos referentes à operação da Controladora e 30 contratos referentes à operação da Camicado (em 31 de dezembro de 2011 possuía 200 contratos, sendo 170 à operação da Controladora e 30 referentes à operação da Camicado). A Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No período de três meses findos em 31 de março de 2012, no contexto da controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 23, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 34.459 (R\$ 28.311 no período de três meses findos em 31 de março de 2011). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de março de 2012, é de R\$ 29.779 (R\$ 33.405 em 31 de dezembro de 2011).

No período de três meses findos em 31 de março de 2012, no contexto consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 23, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 35.941 (R\$ 27.631 período de três meses findos em 31 de março de 2011). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de março de 2012, é de R\$ 21.723 (R\$ 24.961 em 31 de dezembro de 2011).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de março de 2012 totalizam um montante mínimo de R\$ 886.353, assim distribuídos:

	Total	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante
Aluguéis	886.353	108.173	140.921	138.079	118.304	103.440	277.436

33 Despesas por natureza

Os custos das vendas de mercadorias é composto basicamente pela baixa do custo dos estoques de mercadoria vendidas e a realização do ajuste a valor presente de fornecedores e custo de hedge incluídos nos estoques. Os custos dos produtos e serviços financeiros é composto basicamente pelo custo das captações de recursos para repasse.

Notas Explicativas

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir, a segregação por natureza, das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Vendas:	(197.365)	(167.679)	(208.242)	(167.000)
Despesas com pessoal	(73.562)	(61.919)	(78.029)	(61.919)
Despesas com serviços de terceiros	(39.055)	(34.273)	(39.910)	(34.273)
Despesa com ocupação	(46.637)	(38.680)	(49.957)	(38.001)
Outras despesas	(38.111)	(32.807)	(40.346)	(32.807)
Administrativas e gerais:	(59.469)	(51.512)	(64.196)	(51.523)
Despesas com pessoal	(26.049)	(22.759)	(27.827)	(22.770)
Despesas com serviços de terceiros	(10.142)	(8.812)	(11.434)	(8.812)
Despesa com ocupação	(3.499)	(2.719)	(3.621)	(2.719)
Outras despesas	(19.779)	(17.222)	(21.314)	(17.222)
Perdas em créditos, líquidas	(18.159)	(18.781)	(20.227)	(18.809)
Outros resultados operacionais	(30.229)	(23.545)	(38.181)	(26.729)
Total das despesas	(305.222)	(261.517)	(330.846)	(264.061)

34 Destinações do lucro

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada na data de 20 de abril de 2012, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 252.680 (R\$ 2,058589 por ação, sendo R\$ 76.446 na forma de juros sobre capital próprio) integralmente. Em 31 de março de 2012, os montantes de dividendos correspondentes ao mínimo obrigatório, bem como os juros sobre capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, estão reconhecidos no passivo na rubrica de obrigações estatutárias, a cujos valores se somarão os dividendos excedentes ao mínimo obrigatório (nota explicativa nº 19) para pagamento até o dia 30 de abril de 2012.

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2012, a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio do exercício de 2012, no montante de R\$ 20.302 (R\$ 0,1653 por ação). A distribuição desses dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2013.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Conseqüentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R\$ 6.903, conforme nota explicativa nº 9.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Lojas Renner S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Lojas Renner S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 23 de abril de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4